

ÉTICA E EQUILÍBRIO AMBIENTAL¹

Elza Maria Neffa Vieira de Castro*

A crise ecológica global constitui, atualmente, o principal problema a ser analisado, estudado e solucionado pela humanidade. Torna-se, dessa forma, um problema da cidadania, cuja responsabilidade de reversão do quadro de crise atual recai sobre os seres humanos como uma decorrência lógica das leis naturais de equilíbrio.

O que vemos hoje são transformações velozes em todos os níveis da vida planetária - sócio-econômico-político-cultural - que afetam, sobremaneira, o equilíbrio socioambiental.

Vivemos um tempo de ruptura de padrões, modelos éticos e visões de mundo – de paradigma civilizatório geral.

A “aceleração da história”, resultante do progresso tecnológico e científico e, sobretudo, a complexidade das relações sociais que movem o mundo moderno, impõe-nos a necessidade de uma reflexão sobre o processo da vida.

Os avanços e as conquistas demandam uma análise aprofundada e um olhar integrado das diversas realidades existentes, provocadoras de mudanças em todas as instâncias de nossas vidas, particularmente, no estilo, no comportamento, nas expressões e nos valores humanos relacionados à racionalidade, à moralidade e à ética.

É fundamental se questionar valores como a exploração ideológica das indústrias com tendência a alimentar vícios, a produção e a comercialização de bens desnecessários à felicidade do homem. O homem-consumidor é construído como estilo de vida, como uma personalização das escolhas e os serviços e os produtos são adequados e condizentes com essas escolhas. Os desejos, as tendências e as necessidades do consumidor são constantemente verificados através de contínuas pesquisas de opinião e uma nova doença se instala: o consumismo compulsivo, que faz com que o ser humano só se satisfaça obtendo mais e mais sofisticados produtos. Convivemos com um sistema econômico predatório do ponto de vista ecológico e excludente do ponto de vista social.

A informatização dos sistemas da sociedade e a mentalidade moderna fazem com que o ser humano desenvolva atitudes e comportamentos contraditórios e conflitivos, na maioria das vezes nocivos à própria pessoa, à sociedade e ao meio natural.

Convive-se, também, com mudanças nos paradigmas das relações humanas. A urbanização da sociedade global é rápida em sua infiltração e nas transformações. Apreende-se o conhecimento através da obtenção do segredo dos códigos. Buscam-se formas experienciais e racionais e recusam-se os argumentos intuitivos e espirituais. Nesses tempos de início de milênio, a vida tem sentido quando é testada e realizada pela experiência. E a experiência acontece e surge no aqui e no agora: no espaço e no tempo emergentes.

E este é o desafio: contribuir para a formação do cidadão com o sentido da vida, respeitando sua individualidade, o mistério de sua vida, seus desejos de afirmação, de realização e de responsabilidade consigo mesmo, com os outros e com o mundo. E, nesse sentido, gestos e exemplos de bondade, compreensão e amor em relações transparentes, democráticas e participativas resultam numa consciência ecológica preocupada com a defesa

¹ Artigo publicado na Revista de Educação – Ética. Rio de Janeiro, v. 1, p. 48 - 50, 01 mar. 2002.

* Professora Adjunta da UERJ. Mestra em Filosofia da Educação pela FGV e Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Coordenadora Geral do Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía da Guanabara – PEA/PDBG.

do meio ambiente e com a solidariedade aos excluídos, em oposição à visão fragmentada da realidade conseqüente do paradigma racionalista-cartesiano, em que o espírito é separado da matéria, a superestrutura da infra-estrutura, o mundo objetivo do mundo subjetivo, o conhecimento científico do senso comum.

Como conseqüências dessa maneira de raciocinar pode-se destacar a simplificação dos fenômenos complexos; a supervalorização do mundo econômico sobre o mundo das percepções e dos valores - a visão do progresso material ilimitado capaz de ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico; a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência e a natureza como passível de dominação.

Enquanto a ciência clássica dissolvia a complexidade aparente dos fenômenos para revelar a simplicidade oculta das leis imutáveis da natureza, os novos desafios colocados pela Teoria da Relatividade de Einstein, pela Teoria Quântica de Planck, pelo conceito de “estruturas dissipativas” de Ilya Prigogine, pela Lei da Complementaridade de Neils Bohr e pelo Princípio da Incerteza de Heisenberg, têm ampliado os questionamentos dos cientistas, levando-os a reverem o paradigma clássico que supunha a explicação dos fenômenos complexos a partir de princípios simples e leis gerais e apontando para a construção de um novo espírito científico – uma ciência com consciência – capaz de dar conta de explicar a contradição, a unidade na diversidade, a desordem e a complicação existentes neste início de milênio.

Essa ciência revelou as limitações dos principais conceitos da visão de mundo cartesiana e da mecânica newtoniana e confirmou a visão orgânica na qual o mundo é visto em função da inter-relação e interdependência de todos os fenômenos, cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes. Os sistemas vivos são organizados de tal modo que formam estruturas de múltiplos níveis, cada nível dividido em subsistemas, sendo cada um deles um “todo” em relação a suas partes, e uma “parte” relativamente a “todos” maiores. Todas as entidades - das moléculas aos seres humanos e destes aos sistemas sociais - podem ser considerados “todos” no sentido de serem estruturas integradas, e também “partes” de “todos” maiores, em níveis superiores de complexidade. Nesse sentido, o universo deixou de ser visto como uma máquina, composta de uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se como um todo harmonioso e indivisível, uma rede de relações dinâmicas que inclui o observador humano e sua consciência.

No século XXI há cada vez maior evidência de que a excessiva ênfase no método científico e no pensamento racional, analítico, levou a atitudes profundamente antiecológicas. Na verdade, a compreensão dos ecossistemas é dificultada pela própria natureza da mente racional. O pensamento racional é linear, ao passo que a consciência ecológica decorre de uma intuição de sistemas não-lineares, cujo equilíbrio dinâmico baseia-se em ciclos e flutuações. Os empreendimentos lineares, como o crescimento econômico e tecnológico, interferem no equilíbrio natural e causam graves danos.

A consciência ecológica surge da aliança entre o conhecimento racional e a intuição da natureza não-linear do meio ambiente. Pressupõe a articulação de todos os seres, organismos e fenômenos com o conjunto de inter-retro-relacionamentos que os constituem e reconhece o entrosamento dos indivíduos e sociedades nos processos cíclicos da natureza. Nesta concepção, a realidade é percebida em evolução, num movimento seqüencial de ordem-desordem-interação-organização-criação, constituindo-se através de processos dinâmicos que envolvem atividades auto-afirmativas e integrativas conferindo uma totalidade orgânica onde o todo, mais que a somatória de suas partes, precede-as e dá-lhes sentido. Nesta ótica, o

universo passa a ser visto como uma rede de relações vivas e o sujeito analítico inserido nessa realidade relacional.

Tais questões têm apontado para a necessidade de uma reflexão ética e moral sobre o controle político das descobertas científicas que, em nome da neutralidade científica, são manipuladas contra a própria humanidade e o planeta Terra.

Confrontar-se com os paradoxos do mundo – ordem/desordem, parte/todo, singular/geral e incorporar o acaso, a indeterminação, a incerteza e o particular à análise científica, integrando-a à natureza evolutiva do mundo e colocando-a diante do tempo e do fenômeno complexo, é um desafio a ser superado pelos educadores.

Perceber a realidade pressupõe analisar os diversos ambientes existentes e suas interdependências de forma conjunta e integrada. O contínuo agravamento da crise ecológica, nas últimas décadas, expressa que a ação política atual não é mais congruente com a ordem existente.

Nas últimas décadas, um amplo espectro de fenômenos de caráter transnacional produziu um dramático aumento da interdependência entre os países. Os fenômenos de transnacionalização supõem o movimento de bens, idéias, fatores ambientais e pessoas, através das fronteiras nacionais, sem uma participação ou controle importante dos atores governamentais. Dentre todos estes fatores, a economia e o meio ambiente são os mais destacados e os que têm recebido maior atenção.

Pensar a questão ambiental e o ambientalismo como um amplo movimento histórico-vital de alcance global e importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial e das ações de cada cidadão requer um estudo sobre as estratégias capazes de transformar as consciências e a práxis produtiva, na perspectiva de construção de novas bases sustentáveis, orientadas por valores participativos, éticos e solidários, com vistas a utilizar racionalmente os recursos da natureza na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro.

A importância do ambientalismo na política mundial consiste, precisamente, em tornar amplamente visível e inegável a necessidade de mudança, de ajuste entre a realidade, as consciências e as expectativas. O grande desafio do ambientalismo, entendido como movimento histórico-social-vital, é demonstrar que tem capacidade ou potencialidade suficiente para produzir essa transformação moral na sociedade contemporânea.

A análise dos fundamentos epistemológicos da práxis ambientalista, alicerces para ações transformadoras da realidade, requer a consideração das idéias de natureza presentes nas mais diversas culturas e épocas, desde a cosmovisão mágica dos primitivos até a emergência do paradigma ecológico na sociedade contemporânea, na perspectiva de compreender as formas como os seres humanos vêem, entendem e relacionam-se com o meio natural, a fim de perceber as metamorfoses operadas em sua história sobre o planeta Terra e o seu processo de construção de imagens da natureza.

Contrapondo-se ao projeto epistemológico positivista unificador do conhecimento, germinativo da atual crise de civilização, a problemática ambiental emerge calcada na análise crítica dos modelos societários da modernidade e desperta para a necessidade de construir outra racionalidade social. Esta mudança de valores e a formulação de um novo paradigma de produção sustentável requerem transformações concomitantes das ordens econômica, política e cultural, bem como das consciências e comportamentos dos seres humanos. Nesse sentido, a educação ambiental apresenta-se como um instrumento indispensável na compreensão da natureza complexa do meio ambiente e na interpretação da interdependência dos diversos elementos que conformam a realidade. A utilização racional dos recursos do meio ambiente

de modo a satisfazer, material e espiritualmente, a sociedade global no presente e no futuro considerando, sob uma perspectiva histórica, as condições e estágios de cada país, região e comunidade aponta a necessidade de reintegração do homem à natureza. Frutos da consciência da insustentabilidade das ações desarmônicas praticadas pelos seres humanos de forma mais acelerada nos dois últimos séculos, emergem valores pautados em uma filosofia da natureza e em uma ética ambiental que, segundo Leff, constituem *ecosofias* fundamentadoras de sociedades organizadas a partir de “princípios de convivência, solidariedade, integração, autonomia e criatividade, em harmonia com a natureza”¹.

Alicerçada nesta nova ética, que orienta os valores e a práxis para os objetivos de equidade social, e em uma nova concepção de mundo como sistemas complexos, a educação ambiental converte-se, desse modo, em um processo estratégico capaz de orientar a transição na direção da sustentabilidade ecológica, do diálogo dos saberes e da constituição de um novo conhecimento.

A problemática ecológica dá-se no campo da política e da cidadania; teoricamente remete a uma questão de paradigma filosófico e cultural, que retoma a discussão da ética. Tudo isso passa, culturalmente, pelo processo denominado educação ambiental, que perpassa todos os setores da sociedade e, no nível político e econômico, deverá corresponder à prática de um ecodesenvolvimento.

Ao rejuntar os conhecimentos, os saberes e os fragmentos em que os seres humanos se desfizeram para conceber uma humanidade plena, unitária, integral que, em consonância física, biosférica e histórica com o planeta revele uma consciência e uma nova ordem planetária, a ciência contemporânea propõe uma reforma no pensamento, cujas proposições religuem os conhecimentos sobre a matéria, a vida, o ser humano e a sociedade.

O diálogo com o Universo pressupõe pensar os conceitos sem dá-los por concluídos, restabelecer as articulações entre o que foi cindido para tentar compreender a multidimensionalidade e superar a racionalidade do mercado que, imbricada ao Estado neoliberal, gerou riquezas para uns e injustiças sociais para a maioria.

Colocar o homem no centro da práxis do desenvolvimento exige encontrar caminhos em que as sociedades humanas sejam valorizadas no sentido de buscar a justiça social e a dignidade humana, tendo-se em conta que esta só pode ser obtida através do progresso ético, em que nossas ações sejam pautadas pela solidariedade e amor e não pela cobiça e pela agressividade. Pressupõe, também, buscar novos modelos que fundamentem o desenvolvimento sócio-econômico a partir da compreensão de que ser humano e natureza são uma totalidade orgânica. Impõe, ainda, a criação de comunidades ecologicamente sustentáveis, ou seja, ambientes sociais e culturais onde possamos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras.

Nesse sentido, a educação, enquanto prática social, constitui-se uma mediação fundamental para a preservação e transcendência da vida no planeta.

Notas:

1. Ver Enrique Leff. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. In: Marcos Reigota (org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 111-129.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOHR, Niels. *Física atômica e conhecimento humano: ensaios 1932-1957*/Niels Bohr; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- CARVALHO, Edgard de Assis et alii. *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- CASTRO, Gustavo de. (coordenação) et alii. *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- LEFF, Enrique. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável in: Marcos Reigota (org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 111-129.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- NASCIMENTO, Eimar Pinheiro do (org.). Jurandir Freire Costa, Eugenio Barba e Frei Betto. *Brasília capital do debate*. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/Codeplan, 1997.
- PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SIQUEIRA, Josafá Carlos de. *Ética e meio ambiente*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- VIEIRA DE CASTRO, Elza Maria Neffa. Diálogo com a vida: uma educação consciente. IN: Luiz Emygdio de Mello Filho (org.) ... [et. al.]. Rio de Janeiro: Gryphus. 1999, pp. 113-147. (Educação em Diálogo – v. 3).